

Greve a 13 de dezembro no Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa

12 Dezembro, 2018



Para reivindicar o prosseguimento e finalização das negociações do Acordo de Empresa, aumentos salariais e 35 horas de trabalho semanal.

A Greve terá início às 23 horas do dia anterior e será igualmente realizada uma concentração à porta desta unidade hospitalar, a partir das 7 horas da manhã a 13 de dezembro. Às 10h30 realizar-se-á uma conferência de imprensa para dar conta da evolução do processo.

O processo negocial

Em fevereiro de 2016, a administração do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa (HCVP) denunciou o Acordo de Empresa (AE), assumindo desta forma, a intenção de ruptura desta convenção, assinada de boa-fé pelas partes.

Durante este período, a administração do HCVP não arredou pé da sua posição inicial, cristalizada, sob a égide encapotada de que tem de dar resposta ao mercado, cuja verdadeira e única intenção é o de fazer caducar o AE, eliminando direitos, precarizando ainda mais, as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e consequentemente, a qualidade do serviço prestado aos utentes.

Assim que fez um ano de negociações diretas, sem qualquer evolução da parte da administração e após os sindicatos terem reformulado e evoluído nas suas propostas três vezes, demonstrando desta forma uma posição séria e de boa-fé negocial. A administração nada respondeu, não apresentou qualquer proposta e optou por romper as negociações, tendo tomado igual posição em Sede de Conciliação e Mediação, processos que decorreram no Ministério do Trabalho/DGERT, somente com três reuniões cada.

Face à pressão dos trabalhadores, que já tinham realizado entretanto diversas ações de denúncia e duas greves com grande adesão (em junho e em dezembro de 2017), conjugado com os maus resultados de gestão e investimentos duvidosos, os acionistas da empresa, Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) e o Governo, por via da participação direta da Parpública, indicaram uma nova administração para a empresa e nomearam para a sua presidência a Dr.ª. Marta Temido, a atual Ministra da Saúde do governo PS de António Costa.

Esta decisão de alteração aos órgãos gerentes da empresa criou expectativas junto dos trabalhadores, tendo estes entretanto suspensa a greve agendada para abril de 2018, dando assim um sinal inequívoco de responsabilidade, profissionalismo e uma oportunidade, à nova administração, uma vez que a Dr.ª Marta Temido mostrou abertura para a retomar o processo negocial do AE.

A mesma figura presidencial que reabriu a porta à negociação com os trabalhadores e sindicatos, a Dr.ª Marta Temido foi a mesma que solicitou a Caducidade do AE, pela segunda vez ao Ministério do Trabalho/DGERT, em agosto de 2018, uma vez que o primeiro tinha sido indeferido por este Ministério, tendo de seguida abandonado o cargo e assumido o de Ministra da Saúde.

Ora, a **atual Ministra da Saúde**, que teve uma passagem fugaz e nem 5 meses esteve na presidência do HCVP, corre o risco de ser conhecida junto dos trabalhadores, como “**carrasca**” **pela caducidade do Acordo de Empresa** e responsável pela retirada de direitos aos trabalhadores.

Face a estes episódios fugazes e nomeado entretanto novo presidente, que já era o vice-presidente assumiu como um dos primeiros atos de gestão, comunicado aos sindicatos a 7 de novembro, a imediata ruptura das negociações e a não suspensão do pedido de caducidade do AE.

A defesa do Acordo de Empresa

Face à atitude incompreensível e irredutível da administração, os trabalhadores do HCVP **decidiram em plenário recorrer de novo à luta e à greve**, na defesa do seu AE, sucessivamente assinado e acordado, com as anteriores administrações.

Acrescem ainda, os factos, de:

Os trabalhadores não verem seus salários aumentados há quase 9 anos;

A administração do HCVP recorrer a trabalhadores com vínculo precário, através de empresa de subcontratação (a Servihospital – gerida pela mesma administração) e de falsos recibos verdes, para ocuparem postos de trabalho permanentes, procurando assim afastar a aplicabilidade do AE a estes trabalhadores.

Assim, os trabalhadores que exercem funções no HCVP, independentemente do seu vínculo contratual existente, junto com os seus sindicatos, decidiram avançar para um dia de **greve**, a realizar **a 13 de dezembro, para exigirem:**

O prosseguimento, finalização das negociações e assinatura do AE, sem perda de direitos;

Aumentos salariais para todos os trabalhadores;

35 horas de trabalho semanal, para todos os trabalhadores, sem discriminação;

A integração no AE de todos os trabalhadores que prestam serviço no hospital, independentemente do seu vínculo contratual;

Pelo cumprimento dos direitos consagrados no AE.

Os sindicatos subscritores sempre estiveram, estão e continuarão a estar, ao lado das justas reivindicações dos trabalhadores e apelam à comunicação social, para que divulgue esta luta dos trabalhadores pela sua convenção coletiva, pelos seus direitos e por uma vida digna para quem trabalha.

Os signatários:

Sindicato da Hotelaria do Sul.

Sindicato dos Enfermeiros Portugueses.

Sindicato Profissionais Farmácia e Paramédicos.

Nota enviada à Comunicação Social em 12 de dezembro de 2018